

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARCELA COSTA FREITAS

**RELEVÂNCIA DA AUDITORIA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES DAS
ENTIDADES NO PERÍODO DE 2010 A 2021: Um estudo bibliométrico**

**UBERLÂNDIA
SETEMBRO DE 2021**

MARCELA COSTA FREITAS

**RELEVÂNCIA DA AUDITORIA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES DAS
ENTIDADES NO PERÍODO DE 2010 A 2021: Um estudo bibliométrico**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Ms. Edilberto Batista Mendes Neto.

**UBERLÂNDIA
SETEMBRO DE 2021**

MARCELA COSTA FREITAS

Relevância da auditoria no processo de tomada de decisões das entidades no período de 2010 a 2021: um estudo bibliométrico

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis

Banca de Avaliação:

Prof. Ms. Edilberto Batista Mendes Neto – UFU
Orientador

Prof.
Membro

Prof.
Membro

Uberlândia (MG), xx setembro de 2021.

RESUMO

Considerando a importância da qualidade da auditoria para o processo decisório das companhias, o presente estudo buscou demonstrar a relevância da auditoria no processo decisório de empresas brasileiras no período de 2010 a 2021. Para tal foi realizado um estudo bibliométrico que reuniu publicações em periódicos nacionais, por meio da plataforma SCIELO, que abordavam a temática ‘auditoria’ e ‘fraudes’, totalizando uma amostra de 66 artigos para o referido período. A amostra foi delimitada a periódicos com Quali/Capes de A2 a B4, na área de Ciências Sociais Aplicadas – Administração e Contabilidade. Utilizou-se ainda as Leis da Bibliometria, Lei de Bradford, Lotka e Zipf, a fim de evidenciar os principais resultados de uma pesquisa bibliométrica. Os resultados demonstraram que a produção científica acerca da temática da auditoria não segue uma tendência, tendo altos e baixos em sua distribuição de publicações ao longo dos anos, bem como mostrou-se bastante pulverizado em relação aos autores que produziram sobre a temática, ou seja, vários autores pesquisaram sobre o tema no período analisado. Concluiu-se, pela quantidade de trabalhos que relacionaram ‘auditoria’ e ‘processo decisório’, que existe relevância da auditoria para a tomada de decisões, mas essa importância divide espaço com a auditoria como ferramenta de combate às fraudes e erros.

Palavras-chave: Auditoria. Processo decisório. Fraudes. Corrupção. Bibliometria.

ABSTRACT

Considering the importance of auditing quality for the decision-making process of companies, this study sought to demonstrate the relevance of auditing in the decision-making process of Brazilian companies in the period from 2010 to 2021. To this end, a bibliometric study was carried out that gathered publications in national journals, through the SCIELO platform, which addressed the theme 'audit' and 'fraud', totaling a sample of 66 articles for that period. The sample was limited to periodicals with Quali/Capes from A2 to B4, in the area of Applied Social Sciences – Administration and Accounting. The Laws of Bibliometrics, Bradford, Lotka and Zipf were also used in order to highlight the main results of a bibliometric research. The results showed that the scientific production on the subject of auditing does not follow a trend, with ups and downs in its distribution of publications over the years, as well as being quite scattered in relation to the authors who produced on the subject, that is, several authors researched the theme in the analyzed period. It was concluded, by the amount of works that related 'audit' and 'decision-making process', that there is relevance of auditing for decision-making, but this importance shares space with auditing as a tool to combat fraud and errors.

Keywords: *Audit. Decision making process. Frauds. Corruption. Bibliometrics.*

1. INTRODUÇÃO

As entidades estão vivendo em um ambiente de grande globalização, em que novos desafios surgem a cada dia e nesse espaço de incertezas, a concorrência se torna cada vez mais acirrada, sendo evidente a busca da eficiência em agregar valor nas organizações, na intenção de conseguir resultados eficazes empregando poucos recursos (ALMEIDA, 2010).

Nessa perspectiva, a auditoria por meio de técnicas e procedimentos específicos auxilia os administradores no processo gerencial, em que a função desse profissional vai além de emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, bem como verificar as estruturas de controles internos, contábeis e administrativos, possuindo como finalidade aumentar a eficiência operacional, financeira e resguardar o patrimônio, devendo ter o apoio da alta administração e de seus executivos, para que possam executar seu trabalho sem interferências e com a colaboração dos setores submetidos à análise (LIMA, 2011).

Fernandes e Galvão (2016) destacam que a auditoria é uma ferramenta estratégica que busca trazer confiabilidade e credibilidade às informações e movimentações contábeis da empresa, sendo ainda empregada na prevenção de erros e fraudes. Com isso, a auditoria prepara as entidades para acompanhar todos os setores das empresas, despertando uma crescente atenção em diversos aspectos, principalmente no que se refere à precisão das informações geradas sendo, portanto, utilizada como ferramenta no processo de gestão por parte dos administradores nas organizações (CREPALDI, 2009).

Attie (2016) elucida que a auditoria avalia métodos de gestão e demonstrativos financeiros de operações registradas, sendo uma especialidade contábil que busca comprovar a eficiência e eficácia do controle patrimonial adotado em uma organização empresarial com a finalidade de apresentar um parecer de forma objetiva sobre um fator analisado.

Nesse sentido, a auditoria mostra seu papel e sua contribuição para o bom desempenho de qualquer entidade, por meio de normas e técnicas, que foram desenvolvidas baseadas em princípios éticos, sendo relevante destacar que a auditoria deve desenvolver suas atividades pautadas com a estrutura administrativa da empresa, haja vista que cada uma tem sua singularidade e seu espaço dentro da entidade (LIMA, 2011).

Com isso, os objetivos da gestão organizacional são assegurar conformidade de acordo com o padrão e especificações requeridas, aprimorando os processos organizacionais, através da identificação e minimização de falhas, apoiando e incentivando o treinamento e a capacitação dos funcionários em busca de uma melhoria contínua, possibilitando ainda ajustes

e adaptações constantes, mantendo a flexibilidade da organização (ANDREOLI; BASTOS, 2017).

Diante deste cenário, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: qual a importância da auditoria no processo de tomada de decisões nas entidades brasileiras? Para tal, o objetivo geral deste trabalho busca demonstrar a relevância da auditoria no processo decisório de entidades brasileiras por meio de um estudo bibliométrico das publicações nacionais no período de 2010 a 2021.

Assim, como objetivos específicos, este trabalho: (i) identificou os impactos positivos e negativos da auditoria no processo decisório de entidades; (ii) caracterizou o processo decisório nas organizações; (iii) apresentou as contribuições da auditoria interna na prevenção de fraudes e erros.

Justifica-se por apresentar a importância da auditoria frente à tomada de decisões das entidades, facilitando a identificação de erros, fraudes e inconformidades, além de destacar os impactos positivos e negativos da auditoria nas empresas, sendo relevante por servir de suporte para mitigar eventuais problemas durante todo o processo. Além disso, contribui ao evidenciar a importância, os benefícios e melhorias trazidas pela implantação da auditoria como ferramenta de gestão. Na prática, a auditoria auxilia as entidades a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, reduzir custos, avaliar as políticas, planos, procedimentos e normas legais em vigor e detectar os erros e fraudes, auxiliando a organização a alcançar seus objetivos, a criar estratégias e buscar inovações que contribuam para o seu sucesso.

Este trabalho se encontra estruturado em cinco capítulos, a contar desta introdução. O capítulo dois abrange o referencial teórico acerca do tema, apresentando os conceitos da auditoria interna e externa, auditoria governamental, processo decisório das entidades e controle interno. O capítulo três ilustra a metodologia utilizada na pesquisa bem como a amostra utilizada. No capítulo seguinte são apresentados os resultados obtidos e por fim, no capítulo cinco encontram-se as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Auditoria interna

A auditoria é o método pelo qual o auditor se certifica da veracidade das demonstrações contábeis, analisando os critérios e procedimentos contábeis adotados em sua

elaboração, e se estes estão de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade (IMONIANA, 2016).

Complementando, Attie (2016) ressalta que o processo de auditoria é apresentado como uma revisão dos históricos relacionados ao sistema financeiro, registros, transações e atividades de uma organização ou de um projeto, efetuada por contadores, com a finalidade de assegurar a fidelidade dos registros e proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras.

Lima (2011, p.2) relata que auditoria é o processo de coleta e análise sistemáticas de informações sobre características, processos e resultados de um programa, atividade ou organização, com base em critérios fundamentados, com o objetivo de aferir o desempenho da gestão governamental, subsidiar os mecanismos de responsabilização por desempenho. De acordo com Almeida (2010) a auditoria também tem como escopo identificar possíveis deficiências no sistema de controle interno, apresentando recomendações para melhorá-los.

Nessa direção, Trisciuzzi (2019) destaca que a auditoria interna auxilia no objetivo da empresa, que é gerar lucro através da boa administração, assim, a auditoria é eficaz para o controle das empresas, podendo desvendar fraudes e falhas nos procedimentos empresariais, visando o progresso da instituição.

Sobre a auditoria interna nas organizações, como um processo de tomada de decisões, Almeida (2010) relata que essa deverá possuir uma independência total e completa, uma vez que implica a liberdade para executar seus trabalhos inclusive na esfera financeira. Em termos gerais, vislumbra-se que a auditoria interna, sendo parte da empresa e recebendo suporte desta, necessita abrir mão de alguma independência, visto que o auditor interno é um funcionário da própria empresa.

Neste ambiente, Arruda et al. (2017) esclarece que a auditoria interna deve estar vinculada hierárquica e diretamente à cúpula administrativa da empresa, a quem fornecerá uma visão da atuação das partes com relação a missão empresarial liberando subsídios adequados de otimizar a ação dos seguimentos administrativos e maximizar o resultado global da organização.

Com isso, o próximo item busca apresentar a auditoria externa, ao elencar que a auditoria se apresenta como forma de confirmar a veracidade das informações registradas, a fim de trazer confiabilidade nos dados levantados, possibilitando melhores tomadas de decisões.

2.2 Auditoria externa

A auditoria externa é formada por um conjunto de procedimentos técnicos que visam emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis da empresa, com intuito de compreender a real posição patrimonial e financeira da entidade, bem como o resultado das operações e as mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, em que o auditor externo certifica as demonstrações contábeis (CREPALDI, 2013, p.74).

Almeida (2012) destaca que a auditoria externa, também denominada auditoria independente surgiu como parte da evolução do sistema capitalista, enfatizando que o auditor necessita planejar adequadamente seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno relacionado com a parte contábil e proceder à revisão analítica das contas do ativo, passivo, despesas e receitas, a fim de colher as evidências comprobatórias das informações das demonstrações financeiras.

Desse modo, Cordeiro (2013) enfatiza que a auditoria externa é dividida em várias segmentações de gestão, existindo muitas derivações, tais como: auditoria de demonstrações financeiras, auditoria de recursos humanos, auditoria contábil, auditoria jurídica, auditoria de sistemas, auditoria de qualidade, entre outras. É necessário esclarecer que a auditoria externa não é realizada para detectar fraudes, erros, reorganizar o processo produtivo ou demitir pessoas ineficientes, sendo seu objetivo emitir um parecer (ATTIE, 2016).

Lima e Castro (2009) mencionam que devido à complexidade do mercado, medidas são tomadas quase que de modo instantâneo pelas entidades, por isso, é importante que as informações repassadas pela auditoria externa sejam verdadeiras e oportunas, auxiliando a gestão a alcançar seus objetivos dentro de um planejamento organizacional.

A partir deste contexto evidencia-se que a auditoria externa tem grande importância em ambientes corporativos, sendo assim o próximo tópico aborda conceitos da auditoria governamental nas organizações.

2.3 Auditoria governamental

A auditoria governamental refere-se a uma atividade independente e objetiva que por meio da realização de procedimentos específicos, tem o escopo de emitir opinião sobre a adequação das contas governamentais, e também de mostrar o seu parecer sobre o desempenho organizacional e o resultado dos programas (IMONIANA, 2016).

Nascimento; Reginato e Arruda (2013) mencionam que a auditoria governamental apresenta como finalidade comprovar a legalidade e legitimidade, e avaliar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas unidades da administração pública, bem como a avaliar a aplicação dos recursos públicos de governo.

Nessa visão, seus objetivos operacionais são examinar a regularidade e avaliar a eficiência da gestão administrativa e dos resultados alcançados; apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das unidades da administração direta e entidades supervisionadas (GRATERON, 1999).

A auditoria governamental é dividida em dois tipos, o primeiro refere-se à auditoria de gestão que tem como escopo transmitir uma opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, além de verificar a execução de contratos, acordos e ajustes e a integridade na aplicação dos dinheiros públicos e a auditoria de programas que objetiva acompanhar, examinar e avaliar a realização de programas e projetos governamentais específicos (SÁ, 1998).

Por fim, a auditoria governamental está associada a análise se determinados atos e fatos, evidenciando se estão consonantes com critérios preestabelecidos, sustentada em procedimentos específicos, devendo ser relatada a situação encontrada com respaldo em evidências e provas consistentes comprovar a legalidade dos acontecimentos, avaliando ainda os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e contábil das entidades (NASCIMENTO; REGINATO; ARRUDA, 2013).

2.4 Processo decisório das entidades

Decisão refere-se a uma escolha para enfrentar um determinado problema, e normalmente uma decisão conduz a outra situação, que pode exigir novas decisões, com isso surge à importância de a tomada de decisão na organização ser bastante clara, favorecendo o processo decisório (ALMEIDA, 2010).

Lima (2011) explica que a tomada de decisão não é um evento, mas sim um processo, o qual pode levar semanas, meses ou mesmo anos, com frequentes debates e discussões para chegar em uma resolução. Segundo Attie (2016), a organização é um sistema em constante mudança, de modo que as atividades da empresa, em todos os seus níveis hierárquicos, são atividades de tomada de decisão e de resolução de problemas.

Nessa inferência, Almeida (2010) menciona que o processo decisório é o método de pensamento e ação que culminará com uma escolha, a qual consiste em selecionar, aceitar ou rejeitar uma ação específica, em outras palavras, a tomada de decisão é um processo contínuo que permeia toda atividade organizacional.

As consequências da decisão variam em relação ao impacto sobre os objetivos globais da organização, em que a maior dificuldade é a incerteza em relação ao futuro, devendo as decisões estar respaldadas em informações fidedignas, adequadas e oportunas, oferecendo um resultado favorável e aceitável acerca de uma decisão (LIMA, 2011).

Beuren (2000) cita que a informação da auditoria atua como informação adicional de qualidade para fundamentar o modelo de decisão, buscando minimizar as incertezas, para que a sua tomada de decisão seja a mais adequada e eficiente, assim, a atividade de auditoria no âmbito da assessoria à gestão, observando o cumprimento das suas normas, contribui para a concretização dos resultados das organizações, trazendo a redução dos riscos a que as empresas estão expostas.

2.5 Controle Interno

O controle interno representa o conjunto de procedimentos que busca proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa (ALMEIDA, 2010).

Para Nascimento, Reginato e Arruda (2013) os controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração para elevar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidas sejam atingidos, assim, a alta administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar sua concretização.

De acordo com Almeida (2010), o controle interno tem como objetivos básicos, a salvaguarda dos interesses da empresa; a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; propiciar uma estrutura operacional eficiente para que se alcance a eficácia das organizações; o estímulo à eficiência operacional; e a aderência às políticas existentes. Evidencia-se que o sistema de controle interno é uma combinação de políticas, procedimentos, sistemas operacionais, de informação e outros instrumentos, mantidos pelas organizações e deve ser estabelecido por determinação dos proprietários, controladores ou administradores (ATTIE, 2009).

Nessa direção, Lima (2011) menciona que um sistema eficaz de controle interno deve verificar se a qualificação profissional dos empregados é compatível com suas atribuições; se a estrutura contábil é adequada e se existe uma hierarquia organizacional. Em consonância, Almeida (2010) esclarece que existem dois tipos de controles internos mais relevantes, os controles contábeis que envolvem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, principalmente com a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis e os controles administrativos, que envolvem o plano de organização e todas as táticas que dizem respeito à eficiência operacional.

Melo e Santos (2017, p.12) ressaltam que a aplicabilidade de controles internos pode trazer maior segurança, confiabilidade e fidedignidade dos valores processados dentro do sistema operacional da companhia, evidenciando esses resultados para a organização como um todo.

Com isso, a implantação de um sistema de controle interno, quando bem estruturado pode gerar maior credibilidade, fazendo com que as informações possam ser transmitidas de forma segura, reduzir os riscos e prevenir as fraudes, todavia é necessário que se faça um acompanhamento constante, apontando os erros e as falhas, propondo sugestões de melhorias nas atividades do cotidiano empresarial (CREPALDI, 2011, p.385).

3. METODOLOGIA

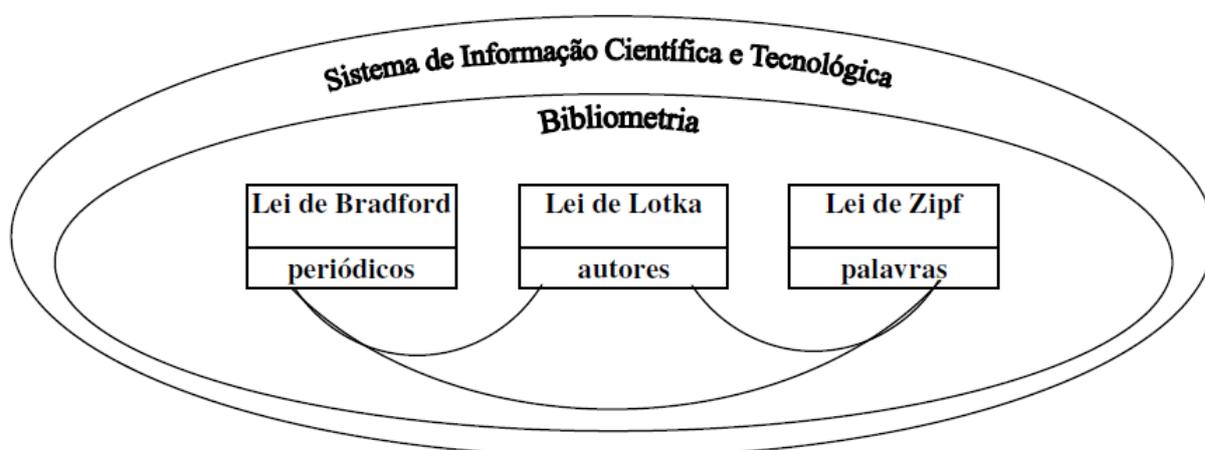
Quanto ao objetivo, este trabalho é de cunho descritivo. De acordo com Andrade (2004), a pesquisa descritiva é aquela que visa observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos.

No que diz respeito à abordagem, é um estudo de caráter quantitativo. Prodanov e Freitas (2013, p.69) considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.

Já no que tange ao objeto de estudo, optou-se pelo estudo bibliométrico, que segundo Araújo (2006) refere-se a uma técnica quantitativa e estatística de aferição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico, ou seja, é uma técnica que analisa publicações sobre determinado assunto, em diferentes fontes do conhecimento, com intuito de quantificar e analisar tudo o que foi produzido em um período determinado.

O uso de técnicas bibliométricas é regido por leis e princípios, sobre isso Guedes e Borschiver (2005, p.3) ressaltam que existem vários princípios e leis da bibliometria, destacando basicamente que “as principais leis bibliométricas são: Lei de *Bradford* que se refere à produtividade de periódicos, a Lei de *Lotka*, relacionada a produtividade científica de autores e as Leis de *Zipf*, associada a frequência de palavras”. A Figura 1 ilustra as principais Leis da Bibliometria e seus focos de estudo.

Figura 1 – Principais Leis da Bibliometria



FONTE: adaptado de Guedes e Borschiver (2005, p. 10)

A Figura 1 ilustra o foco de cada uma das três leis da bibliometria que conduzem parte deste estudo. Para responder os objetivos deste estudo serão utilizadas, portanto as Leis de *Bradford*, *Lotka* e *Zipf*, gerando uma lista que será utilizada para observar como o tema é tratado nestes estudos.

3.1 Dados e Amostra

Quanto aos instrumentos de coletas de dados, foi realizada uma análise bibliométrica, em sites de busca, usando sítios específicos dos periódicos Capes, a partir de levantamento sobre o que já foi produzido sobre auditoria no processo de tomada de decisões das entidades no período de 2012 a 2021.

Foi realizada uma avaliação da produtividade de artigos, em periódicos nacionais por meio da plataforma SCIELO, onde foram aplicados os seguintes filtros:

- (i) 1º Filtro: contendo as palavras ‘auditoria’ e ‘fraudes’;
- (ii) 2º Filtro: período dos anos 2010 a 2021;

(iii) 3º Filtro: área Ciências Sociais Aplicadas;

(iv) 4º Filtro: país: Brasil

A pesquisa apresentou 2 amostras, a primeira contendo 68 artigos com o tema ‘auditoria’ e a segunda contendo 12 artigos com o tema ‘fraudes’, totalizando 80 publicações no período analisado. Após verificar a relevância dos trabalhos, a amostra reduziu para 66 obras.

Para o delineamento da amostra foram criados quatro critérios direcionadores de conclusões, a saber:

1. As produções sobre auditoria no processo de tomada de decisões das entidades no período de 2010 a 2021, em periódicos brasileiros, na área de Administração e Contabilidade, Qualis A2 a B4, o idioma e o tipo de publicação;

2. Evolução das Publicações;

3. Quantidades de artigos publicados sobre auditoria no processo de tomada de decisões das entidades no período de 2010 a 2021, por Qualis;

4. Publicações por autor.

A partir dessas variáveis foi realizada a análise, discussão e a conclusão da pesquisa com base nos dados encontrados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, nesta sessão são apresentados os resultados observados e respectivas análises. Foi realizado um estudo bibliométrico delimitado pelas publicações em periódicos nacionais, com Qualis/Capes de A2 a B4, no período de 2010 a 2021.

Como filtros, utilizou-se as palavras ‘auditoria’ e ‘fraude’ na plataforma SCIELO, em Ciências Sociais Aplicadas, país Brasil. A pesquisa inicial retornou 80 publicações, as quais, após a leitura preliminar, reduziram para 66 artigos.

Conforme a Lei de Bradford, que avalia a produtividade dos periódicos, pode-se aferir que a pesquisa encontrou artigos relacionados ao tema ‘auditoria’ em 13 periódicos nacionais, cuja classificação Qualis/Capes e quantidade de publicações podem ser verificadas na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Produtividade dos periódicos da amostra (2010 – 2021)

PERIÓDICO	QUALIS	ARTIGOS
BBR. Brazilian Business Review	A2	3
Brazilian Journal of Political Economy	A2	1
JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management	B3	3
Perspectivas em Ciência da Informação	A2	1
RAM. Revista de Administração Mackenzie	A2	2
REAd. Revista Eletrônica de Administração	A2	3
Revista Brasileira de Economia	A3	1
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	A2	9
Revista Contabilidade & Finanças	A2	27
Revista de Administração Contemporânea	A2	2
Revista de Administração de Empresas	B4	3
Revista de Administração Pública	A2	10
Transinformação	A2	1

FONTE: dados da pesquisa

Ao observar a Tabela 1, percebe-se que a maioria dos periódicos possuem Qualis/Capes A2, e o periódico que possui mais artigos acerca do tema ‘auditoria’ e ‘fraudes’ é a ‘Revista Contabilidade & Finanças’, com 27 publicações, seguido pela ‘Revista de Administração Pública’, com 10 artigos e a ‘Revista Brasileira de Gestão de Negócios’ com 9 trabalhos publicados sobre o tema em questão. Dos 13 periódicos, dez são estratificados como A2 pelo Quali/Capes, apenas um A3 e dois B4.

A Lei de *Lotka*, por sua vez, se preocupa com a produtividade científica dos autores. No caso desta pesquisa, foi analisado a quantidade de artigos produzidos por autores, destacando-se aqueles que, dentro os 66 artigos da amostra, possuíam dois ou mais artigos publicados no período da análise. Assim, a Tabela 2 apresenta o *ranking* dos autores com maior número de publicações.

Tabela 2 – Ranking de produção dos autores para a amostra da pesquisa

AUTORES	PUBLICAÇÕES
LEMES, Sirlei	4
AQUINO, André Carlos Busanelli de	3
CUNHA, Paulo Roberto da.	3
COSTA, Fábio Moraes da	2
COSTA, Jose Isidio de Freitas.	2
DANTAS, José Alves	2
LINO, André Feliciano;	2
MEDEIROS, Otávio Ribeiro de	2
SOUZA, Fláida Êmine Alves de	2
TRAVASSOS, Silvana Karina de Melo	2

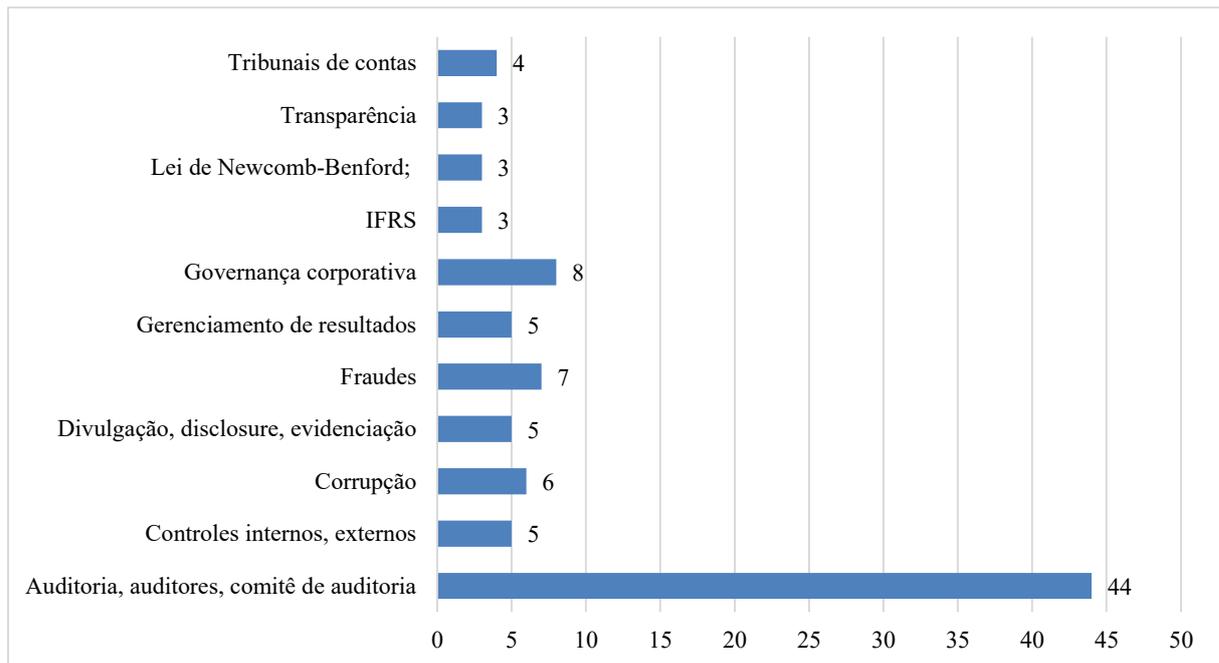
FONTE: dados da pesquisa

Dentre os autores dos artigos analisados, destaca-se ‘Sirlei Lemes’ com quatro das 66 publicações verificadas, seguida por ‘André Calos Busanelli de Aquino’ e ‘Paulo Roberto da

Cunha’ que participaram da produção de três artigos cada. Os sete restantes do *ranking* apresentaram participação em dois artigos cada. Todos os demais (144 de um total de 154 autores) tiveram participação em apenas uma publicação da amostra para o período analisado.

Conforme a Lei de *Zipf*, cujo foco é a frequência das palavras, o Gráfico 1 apresenta a distribuição das palavras-chave que se repetiram em pelo menos três artigos analisados.

Gráfico 1 – Frequência das palavras-chave nas publicações da amostra



FONTE: dados da pesquisa

Ao todo, conta-se 286 palavras-chave, distribuídas pelos 66 artigos verificados. Desta forma, no Gráfico 1 é possível observar quantas vezes cada palavra-chave apareceu nas publicações, considerando-se apenas aquelas que se repetiram pelo menos três vezes dentre os trabalhos. As palavras-chave que se referiam a ‘auditoria’, ‘auditores’ ou ‘comitê de auditoria’ teve 44 ocorrências nos artigos, seguida por ‘governança corporativa’ com 8 ocorrências, ‘fraudes’ com sete ocorrências e ‘corrupção’ com 6 ocorrências.

Outra análise relevante refere-se às categorias de que tratam os artigos. Foram elencadas as seguintes categorias: ‘combate às fraudes e erros’; ‘honorários/remuneração de auditoria’; ‘obrigações da legislação’; ‘perfil dos artigos sobre auditoria’; ‘processo decisório’ e ‘qualidade da auditoria’, lembrando que o objetivo deste estudo era verificar o quantitativo de publicações que relacionassem auditoria e processo decisório. Desta forma, a Tabela 3 apresenta o *ranking* das categorias abordadas pelos artigos da amostra.

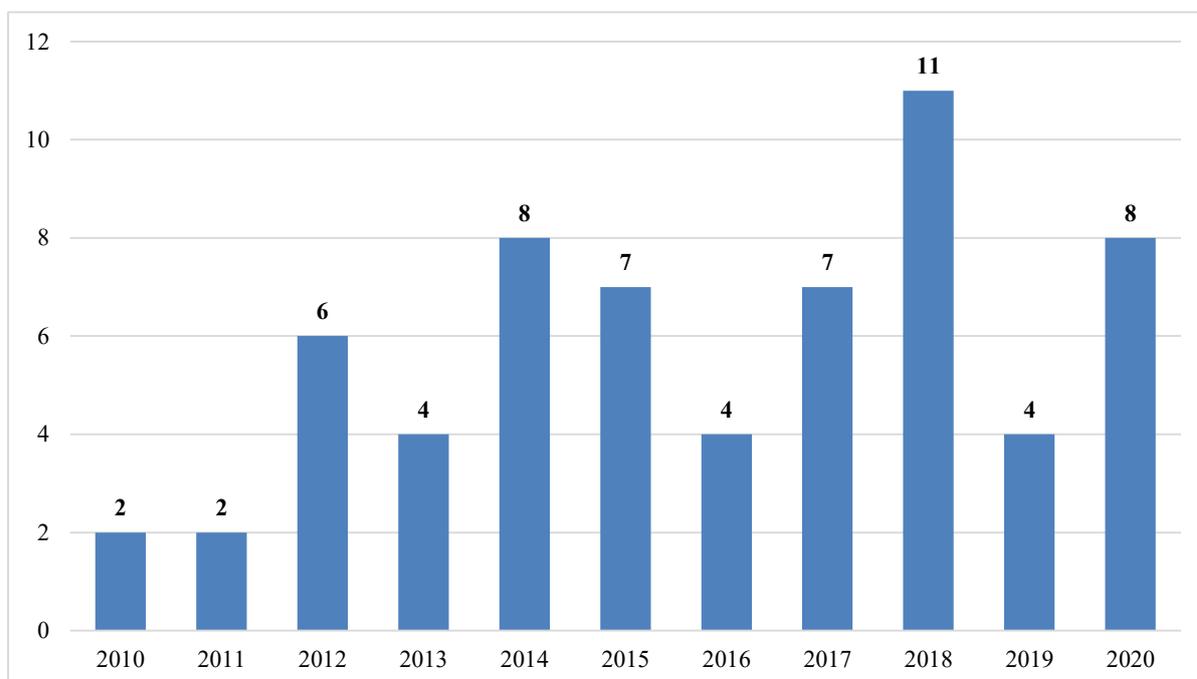
Tabela 3 – Ranking das Categorias abordadas pelos artigos da amostra (2010 – 2021)

Categorias	Quantidade	%
Processo Decisório	20	30%
Combate às fraudes e erros	20	30%
Obrigações da Legislação	15	23%
Honorários/remuneração de auditoria	5	8%
Qualidade da auditoria	5	8%
Perfil dos artigos sobre auditoria	1	2%

FONTE: dados da pesquisa

Por meio da Tabela 3 é possível perceber a relevância da auditoria nos processos decisórios, bem como relacionada ao combate às fraudes e erros, que constituem 30% cada, dos objetivos dos trabalhos analisados. Há ainda a preocupação com as obrigações da legislação pertinente, como a correta divulgação e evidenciação contábeis, a qual representou 23% dos estudos da amostra. Honorários e remuneração dos auditores e qualidade da auditoria representaram 8% cada, do montante de artigos e apenas um estudo abordou o perfil dos artigos sobre auditoria (equivalente a 2% da amostra), no período de 2010 a 2021.

No que diz respeito à evolução das publicações, o gráfico 2 ilustra a distribuição das publicações ao longo dos anos (2010 a 2021).

Gráfico 2 – Distribuição das publicações ao longo dos anos (2010 a 2020)

FONTE: dados da pesquisa

No Gráfico 2, pode-se verificar que as publicações não obedecem a uma tendência, apresentando altos e baixos ao longo dos anos. O ano de 2021 não possui dados completos, por isto foi retirado do gráfico. Diante do período analisado, o ano de 2018 foi o que apresentou maior número de publicações, com 11 artigos. Os anos de 2014 e 2020 apresentaram 8 artigos cada. Os anos de 2015 e 2017 apresentaram 7 artigos cada. Em 2012 foram publicados 6 artigos sobre o tema, 2013, 2016 e 2019 aparecem no gráfico com 4 publicações e por fim, 2010 e 2011 apresentaram 2 artigos publicados cada.

Por fim, quanto ao idioma das publicações, 61 dos 66 trabalhos foram publicadas em português, três em inglês e dois em espanhol. Quanto ao tipo de publicação, 55 foram publicados na forma de ‘artigo’; seis são ‘artigo original’; três são ‘edição especial’ e uma das 66 publicações, trata-se de um ‘editorial’.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou demonstrar a relevância da auditoria na tomada de decisões nas empresas brasileiras, por meio de um estudo bibliométrico. Foram levantadas as publicações nacionais, no período de 2010 a 2021, por meio da Plataforma SCIELO, o que gerou uma amostra com 66 trabalhos relevantes que abordavam a temática da ‘auditoria’ e das ‘fraudes’.

Delimitou-se a amostra, obedecendo a quatro critérios, dos quais foram consideradas produções no período de 2010 a 2021; em periódicos brasileiros dentro da estratificação da Quali/Capes de A2 a B4, na área das Ciências Sociais Aplicadas (Administração e Contabilidade).

Para as análises, utilizou-se ainda as Leis da Bibliometria, a Lei de *Bradford*, que se atém à produtividade dos periódicos, a Lei de *Lotka*, cujo foco é a produtividade científica dos autores e a Lei de *Zipf* que se preocupa com a frequência das palavras nas publicações, a fim de evidenciar os principais resultados de uma pesquisa bibliométrica.

Quanto à distribuição das publicações ao longo dos anos, percebeu-se que não houve uma tendência crescente de publicações, o que demonstra que o interesse pelo tema tem altos e baixos, destacando-se o ano de 2018 que apresentou 11 publicações (equivalente a 11% do total).

As publicações por autor se mostraram bastante pulverizadas, o que demonstrou que vários autores escrevem sobre a temática, não havendo assim autores mais ou menos especializados no assunto.

Concluiu-se, pela quantidade de trabalhos que relacionaram ‘auditoria’ e ‘processo decisório’, que existe relevância da auditoria para a tomada de decisões, mas essa importância divide espaço com a auditoria como ferramenta de combate às fraudes e erros.

Este estudo teve como limitações a restrição a periódicos nacionais, uma vez que buscou-se analisar a relevância do tema para o Brasil. Outra limitação se refere ao recorte temporal de onze anos incompletos, visto que 2021 ainda não possui dados quanto ao total de publicações sobre o tema em questão, já o foco desta pesquisa era atualizar as informações quanto a produção científica sobre auditoria no processo decisório, e por isso não resgatou períodos anteriores.

Como sugestão para estudos futuros ressalta-se a importância de analisar estudos internacionais, a fim de possibilitar comparações entre países, além de ampliar o período de análise para um recorte maior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ANDREOLI, T. P.; BASTOS, L. T. **Gestão da qualidade: melhoria contínua e busca pela excelência**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2017.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: questões históricas e questões atuais. **Revista em questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

ARRUDA, D. G.; ARAÚJO, I. P. S.; BARRETTO, P. H. T. **Auditoria contábil**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BEUREN, I. M. Gerenciamento da Informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CORDEIRO, C. M. R. **Auditoria interna e operacional: fundamentos, conceitos e aplicações práticas**. São Paulo: Atlas, 2013.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil: conceitos e aplicações**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FERNANDES, A. M.; GALVÃO, P. R. A Controladoria como ferramenta de gestão nas micro e pequenas empresas: um estudo da viabilidade e da relação custo-benefício. **Revista de Tecnologia Aplicada**, São Paulo, v.5, n.1, p.3-16, 2016.

GRATERON, I. R. G. **Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUEDES, V.; BORSCHIVER, S. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica**. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 6. Salvador-BA, 2005. Disponível em: <http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

IMONIANA, J. O. **Auditoria de sistemas de informação**. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, A. C. R. **Auditoria contábil interna como instrumento de apoio para gestão de empresas.** Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2011.

LIMA, V. D.; CASTRO, G. R. **Fundamentos da Auditoria Governamental e Empresarial.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, M. M.; SANTOS, I. R. **Auditoria contábil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional.** São Paulo: Atlas, 2009.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

SÁ, A. **Teoria da contabilidade.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

TRISCIUZZI, C. R. F. **A Auditoria Interna como ferramenta de melhoria dos controles internos de uma organização: estudo de caso em uma empresa do segmento industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.